

não tem sido devidamente destacado. No entanto, o relatório de pesquisa da FUN-DAP/IESP<sup>5</sup> é rico em exemplos de comprometimento dos objetivos da proposta em vista da exigüidade do financiamento. Entre outras, chama atenção a questão do salário dos professores, convocados a novas responsabilidades, mas sem compensação adequada<sup>6</sup>.

Nesse contexto de análises contraditórias e de larga divulgação de modelos ditos consensuais, devemos concordar com Márcia A. Aguiar, apresentadora do livro em questão, quando afirma que o texto de Casassus desafia-nos a questionar a natureza e o percurso do conteúdo democrático dos novos projetos, sendo, ainda, "um convite para um esforço teórico para tornar mais claros os limites desse consenso". Para o autor, essa característica instigante de sua obra deve ser altamente gratificante. Para os leitores, fica a obrigação de aceitar o debate.

Dagmar M. L. Zibas  
Fundação Carlos Chagas

#### O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Livia De Tommasi, Mirian Jorge Warde, Sérgio Haddad (orgs.)  
São Paulo: CORTEZ/PUC-SP, Ação Educativa, 1996

O livro *O Banco Mundial e as políticas educacionais* é uma coletânea de textos

que foram originalmente apresentados no Seminário O Banco Mundial e as Políticas de Educação no Brasil, promovido pela Ação Educativa e pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História e Filosofia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em junho de 1995.

O seminário concentrou-se na análise da presença do Banco Mundial na definição e no financiamento das reformas educacionais atualmente implementadas nos países latino-americanos, especialmente no Brasil.

O Banco Mundial tornou-se, nos últimos anos, o organismo de maior visibilidade no panorama educativo global. O financiamento não é seu único nem mais importante papel em educação, já que se transformou na principal agência de assistência técnica em matéria de educação para os países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a fim de sustentar essa função técnica, em importante fonte referencial da pesquisa educativa em âmbito mundial.

Esse organismo apresenta uma proposta articulada — identificada por muitos como um "pacote" de medidas — com o declarado objetivo de melhorar o acesso, a equidade e a qualidade dos sistemas escolares, particularmente do ensino de primeiro grau, nos países em desenvolvimento; embora se reconheça que cada país e cada

5. FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO/INSTITUTO DE ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO). Novos padrões e gestão educacional no contexto da reforma do Estado. A experiência de Minas Gerais. São Paulo: FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO/INSTITUTO DE ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO, 1995. (mimeo)

6. Em entrevista à revista VEJA de 7.8.1996, o vice-governador do Estado, Walfrido dos Mares Guia Neto, declara que o piso salarial da professora primária é, em Minas, de R\$ 520,00. Antonio Carlos Hilário, do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, na seção de cartas dos leitores da mesma revista de 21.8.1996, contesta a informação do vice-governador, afirmando que o salário inicial dos professores é de R\$ 255,00. Como se vê, o consenso, mesmo quanto a dados objetivos, é difícil em educação, principalmente quando uma experiência é escolhida como vitrine do modelo. O caso do Chile, também discutido neste número de CP, é outro exemplo de discrepâncias de análises.

situação concreta requeiram especificidades.

A visibilidade do Banco no setor educativo é bastante recente, mas ele vem trabalhando de forma direta no setor há mais de trinta anos, ampliando cada vez mais seu raio de influência e ação, abrangendo atualmente as atividades de pesquisa, assistência técnica e assessoria aos governos em matéria de políticas educativas.

Essas e outras teses são exaustivamente discutidas no livro *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. A coletânea de artigos reúne três estudos, de Maria Clara Couto Soares, Marília Fonseca e Livia De Tommasi, onde são apresentadas as linhas de ação e política de financiamento do Banco Mundial na cena nacional e internacional, desde a sua criação em 1944 até a atualidade; dois textos, um da autoria de José Luis Coraggio e outro, de Rosa Maria Torres, examinam a proposta político-educativa contemporânea do Banco Mundial; e o texto de Marcos Arruda, cujo autor analisa o papel das ONGs diante do comportamento do Banco Mundial. Por último, o livro anexa os debates que sucederam as exposições durante o evento.

O texto de Maria Clara Couto Soares "Banco Mundial: políticas e reformas", analisa as políticas do Banco desde seu surgimento e demonstra a influência significativa que esse organismo internacional vem exercendo nos rumos do desenvolvimento mundial, mais especificamente no Brasil.

Duas idéias principais são desenvolvidas no texto. Por um lado, que a longo dos cinquenta anos de atividade, o Banco Mundial "financiou um tipo de desenvolvimento econômico desigual e perverso socialmente, ampliou a pobreza mundial, concentrou renda, aprofundou

a exclusão e destruiu o meio ambiente" (Couto Soares, p.17). De outro lado, que na década de 80, a crise de endividamento condicionou a transformação do papel até então desempenhado pelo Banco Mundial. A partir desse momento, a influência do Banco nas políticas nacionais passa a expressar-se menos no volume dos recursos emprestados para a gestão da dívida e mais na imposição de políticas que tendam a reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento. De acordo com o Banco Mundial, seriam medidas que poderiam colocar os países no caminho do desenvolvimento sustentável, permitindo o retorno da estabilidade econômica, dos investimentos externos e do crescimento propriamente dito, mesmo que numa primeira fase implicassem recessão e aumento da pobreza (Couto Soares, p. 23).

O texto de Marília Fonseca faz uma análise detalhada dos vinte anos de cooperação técnica e financeira do Banco Mundial no país. Na exposição dos projetos financiados pelo Banco no período entre 1970 e 1980 e das condições institucionais para o cumprimento de suas exigências, o artigo traz contribuições importantes para a compreensão do potencial e riscos da intervenção de instituições desse tipo nas políticas nacionais. A autora demonstra, entre outras coisas, que "embora a política de crédito do Banco se autodenomine de 'cooperação' ou 'assistência técnica', trata-se, na verdade, de empréstimos de tipo convencional (ou *hard*), tendo em vista os pesados encargos que acarretam e também a rigidez das regras e as pré-condições financeiras e políticas inerentes ao processo de financiamento comercial" (Fonseca, p.235).

De acordo com os dados apresentados pela autora, evidencia-se também que os projetos co-financiados pelo Banco Mundial não alcançaram os parâmetros de eficiência e de eficácia pretendidos

e que seu financiamento acabou sendo muito custoso para o país.

O estudo da professora Fonseca instiga à reflexão, como ela mesma indica, "[...] sobre a real necessidade do financiamento externo à educação brasileira, tendo-se em conta as despesas decorrentes dos empréstimos e a fraca captação de recursos técnicos e dirigentes do MEC, segundo os quais algumas ações decorrentes dos acordos externos, especialmente no nível do ensino básico, poderiam perfeitamente ser desenvolvidas com a parte nacional dos recursos" (Fonseca, p.247).

Complementando o estudo de Marília Fonseca, o texto "Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro e os projetos em fase de implementação", de Livia De Tommasi, traz informação sobre as atuais linhas de ação, estratégias, objetivos e prioridades do Banco Mundial no Brasil no setor educacional e, especialmente, sobre os projetos financiados em nove estados do Nordeste e em São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo.

Sem dúvida, esse estudo possibilita, como assinala a autora, a divulgação de um conjunto de informações sobre as negociações entre o Banco e as Secretarias de Educação, pouco difundidas pelos âmbitos governamentais. As orientações estratégicas e as políticas definidas pelo Banco Mundial nos diferentes projetos apontam na direção do reforço da qualidade da educação básica. Tendem a conjugar uma nova forma de gestão educativa e uma nova proposta curricular como linhas prioritárias das reformas nacionais de educação. A autora nos incita à reflexão sobre as condições das orientações estabelecidas pelo Banco Mundial de influenciar as definições de política educativa no Brasil. Nesse sentido, merece destaque a ausência de uma política de melhoria da carreira e do

salário docente nos projetos custeados pelo Banco.

Como bem demonstra Coraggio no seu artigo "Banco Mundial: políticas e reformas", as propostas do Banco devem ser questionadas pelas fragilidades das premissas em que se apóiam. Este texto merece especial atenção porque suas teses ancoram, de fato, muitas das reflexões que encontramos em todo o livro.

Em primeiro lugar, o autor apresenta alguns aspectos do contexto econômico global e os objetivos das novas políticas sociais. Argumenta que a implementação das medidas sugeridas pelo Banco Mundial para aliviar a pobreza contradizem seu objetivo de minimizar o gasto público. Por essa razão, o autor questiona a eficiência do enfoque na pobreza e afirma a necessidade de outro enfoque de desenvolvimento.

Logo, pelo estudo detalhado dos fundamentos teóricos e empíricos das propostas do Banco Mundial, o autor mostrará que a análise econômica transformou-se na metodologia principal para a definição das políticas educativas. E que se trata de um enfoque economicista, não porque realize uma análise dos aspectos econômicos do sistema educativo ou porque se preocupe com as demandas de recursos humanos requeridos pelo novo modelo de desenvolvimento, mas porque "uma série de questões, próprias do âmbito da cultura e da política foram formuladas e respondidas usando-se a mesma teoria e metodologia com as quais se tenta dar conta de uma economia de mercado" (Coraggio, p.102). Uma outra proposição do autor, tão importante quanto a anterior, é que esse suposto economicismo está construído sem um conhecimento cabal do processo educativo, da pesquisa acumulada no campo e das necessidades futuras de nossas sociedades.

Rosa Maria Torres, no texto "Melhorar a qualidade da educação básica?", compartilha com outros autores do livro a visão de que, embora as recomendações do Banco sejam apresentadas como conclusivas e como resultados de pesquisa científica, sua conceituação e fundamentação são bastante débeis. A autora procura demonstrar que o modelo educativo proposto pelo Banco não atende a uma "melhoria da qualidade e eficiência da educação escolar", mas acaba reforçando a má qualidade do sistema. Isso não se deve somente ao conteúdo e à natureza das propostas em si, mas também aos contextos e às condições de recepção, de negociação e de aplicação nos diversos países.

As propostas de Rosa Maria Torres para a elaboração de um novo modelo educativo enfatizam, entre outras, a necessidade da formação docente, da melhoria de suas condições de trabalho e de um novo currículo com modalidades mais participativas e que supere a visão fragmentária e de curto prazo das reformas tentadas no passado.

O reconhecimento da necessidade de intervenção crítica dos atores locais no cenário atual da política educativa é um chamado à reflexão que vários dos autores do livro fazem aos leitores. Em especial Marcos Arruda, em seu artigo "ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente?", examina as potencialidades dos organismos não-governamentais na colaboração com o Banco Mundial e no acompanhamento crítico da suas políticas.

A análise das diretrizes do Banco para o trabalho com as ONGs e as estratégias

de intervenção desses organismos é especialmente importante quando constatamos que é cada vez maior o número de ONGs que possuem recursos do Banco Mundial para financiar projetos de interesse comum. Cabe perguntarmos, sugere o autor, se "é possível que as ONGs colaborem com o Banco Mundial mantendo sua postura crítica, e é possível ao Banco tolerar críticas das ONGs com as quais colabora"? (Arruda, p.42).

O autor alerta, no caso do Brasil, para a importância de que as ONGs tenham em conta que, se a colaboração das mesmas se limitar a intervenções estritamente nos projetos, e em particular na sua implementação, estarão se arriscando a apresentar uma imagem pública de validação da diretriz macrosocioeconômica de cunho meramente compensatório do Banco Mundial e do governo. Só uma estratégia de ação e pressão em diversas frentes pode dar um alcance abrangente à colaboração entre ONGs, governo e Banco Mundial.

Sem dúvida, o livro *O Banco Mundial e as políticas educacionais* cumpre com seu objetivo de divulgar um conjunto de informações necessárias para entender a realidade educacional nacional e internacional, e fazer uma análise crítica do modelo educativo proposto pelo Banco Mundial para o próximo milênio, modelo legitimado por governos e setores da sociedade civil de muitos países de América Latina.

Nora Krawczyk  
Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo

### FORMAS E REFORMAS DE LA EDUCACIÓN

Santiago (Chile) — Revista trimestral do PREAL

N. 1, 1996

O PREAL (Programa de Promoción de la Reforma Educativa en América Latina) é um projeto desenvolvido pela CINDE (Corporación de Investigación para el Desarrollo) e El Diálogo Interamericano. Tem financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), do IDRC (Canadian International Development Research Centre), da USAID (U.S. Agency for International Development) e da General Electric Fund.

O primeiro número da revista *Formas e Reformas de la Educación* explicita que o objetivo do PREAL é promover um diálogo regional sobre os sérios problemas da educação latino-americana e favorecer um amplo debate sobre políticas que permitam fazer frente aos problemas identificados.

Além da apresentação e do sumário, a revista está organizada nas seguintes seções: colunas estáveis, exemplos de reforma, artigos diversos, resenhas bibliográficas e informes gerais. Em "colunas estáveis" há espaço reservado para divulgação de programas dos Ministérios de Educação de países da América Latina. No primeiro número, Cecilia Braslavsky discorre sobre aspectos da reforma argentina. José Mindlin colabora na seção "O que se espera da educação", resumindo o ponto de vista de empresários brasileiros. Em "Exemplos de reforma" são divulgadas duas experiências chilenas: um programa de melhoria da qualidade de escolas multisseriadas rurais e a implementação — em uma escola — de projeto de ensino técnico baseado no modelo alemão de integração

escola-empresa. Em "artigos diversos", há reprodução de texto da revista *Business Week* "A educação é o negócio da empresa" e artigo de Patrício Dooner sobre imaginação e participação como elementos pedagógicos adequados para formação dos alunos para a sociedade competitiva do século XXI.

Em "Resenhas", são resumidos dois textos que discutem a centralização e a descentralização educativa. A seção "Preal informa" dá notícias de Seminários organizados na América Latina em torno do tema das reformas e faz um balanço dos progressos do PREAL no continente. Nesta última parte, é destacado que "o ingresso do PREAL no Brasil se produz em situações ambientais muito favoráveis porque a agenda do PREAL coincide com a agenda política do Ministério de Educação".

A revista é distribuída gratuitamente e o endereço é o seguinte: Santa Magalena 75, piso 10, Oficina 1002, Santiago — Chile. Email: preal@reuna.cl

### CONTEMPORANEIDADE E EDUCAÇÃO

A Atualidade da Escola de Frankfurt

Vanilda Paiva (org.)

Rio de Janeiro — Instituto de Cultura e Educação Continuada

N.0, v.1, set. 1996

A revista *Contemporaneidade e Educação*, que se inicia com este número, é uma publicação do Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), criado em 1993 no Rio de Janeiro.

Embora definida como uma revista de Ciências Sociais e Educação, cada volume pretende fazer a conexão entre a educação e as ciências da sociedade, ainda que os artigos nela incluídos não